**ANEXO I**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **CHECKLIST: CONTRATAÇÃO DIRETA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL | AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DECORRENTES DE DECISÃ JUDICIAL** | |  |
| **Processo nº:** |  |

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE DEMANDANTE**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SEGOV** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta no início dos autos o documento que contém a concordância da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV) para a continuidade da contratação? (art. 3º do Decreto Estadual nº 16.138/2023) |  |  |
| **1.1.** | Caso a concordância de que trata o item 1 tenha sido proferida com ressalvas, foram promovidas as alterações indicadas pela SEGOV? |  |  |
| **Item** | **PROCEDIMENTO INICIAL** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado? (arts. 17, I e art. 72 da Lei 14.133/21), por meio da elaboração do “*instrumento de oficialização de pedido*”? (art. 5º do Decreto nº 15.941/2022).  *OBS: A autoridade máxima com competência para a elaboração do “instrumento de oficialização de pedido” são os Secretários de Estado para os órgãos da Administração Direta (art. 26, III, da Lei Estadual nº 6.035/2022) e os Dirigentes Superiores das Entidades da Administração Indireta (art. 27, I e II, da Lei Estadual nº 6.035/2022).* |  |  |
| **1.1** | Caso a atribuição para a abertura do procedimento tenha sido delegada pelas autoridades máximas (§2º do art. 5º do Decreto nº 15.941/2022), consta dos autos o ato formal devidamente publicado na imprensa oficial delegando os poderes para o agente púbico delegatário? |  |  |
| **1.2** | O processo foi autuado observando as formalidades exigidas pelo Decreto Estadual nº 15.573/2020 – que aprovou o *Manual de Normas e Procedimentos de Gestão de Protocolo para a Administração Pública do Executivo de Mato Grosso do Sul?* |  |  |
| **2.** | O “*instrumento de oficialização de pedido*” está em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Decreto nº 15.941/2022? |  |  |
| **3.** | O “*instrumento de oficialização de pedido*” contém a justificativa da necessidade da contratação e a indicação do agente da contratação da fase interna (art. 5º do Decreto nº 15.941/2022)? |  |  |
| **3.1** | Foi designado agente público para atuar como agente de contratação da fase interna? (art. 3º, *caput* c/c art. 4º do Decreto nº 15.937/2022)?  OBS. *Caberá ao agente a certificação do cumprimento das exigências previstas no art. 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.*  OBS.2.*Deve o gestor observar o princípio da segregação de funções que veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.* |  |  |
| **4.** | O agente de contratação da fase interna designou a equipe de planejamento da contratação? |  |  |
| **5.** | Houve o cadastramento da contratação direta no SGC? (art. 5º, § 3º, do Decreto Estadual nº 15.616/2021) |  |  |
| **Item** | **TERMO DE REFERÊNCIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Foi utilizada a versão mais atualizada da minuta padrão de Termos de Referência para compras de bens comuns, aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.** | Consta nos autos a “*Certidão de Atendimento da Minuta Padronizada*” que atesta que o conteúdo do Termo de Referência seguiu a versão mais atualizada da minuta-padrão aprovada pela PGE/MS? |  |  |
| **2.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento da minuta padronizada que demanda análise jurídica? |  |  |
| **2.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 2.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas no Parecer Referencial PGE/MS PAA 005/2023?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto 15.404, de 2020).* |  |  |
| **3.** | Foi incluída alguma exigência de HABILITAÇÃO JURÍDICA distinta daquelas padronizadas na minuta do Termo de Referência?  Em caso positivo, foi justificada? |  |  |
| **4.** | O Termo de Referência exigiu a apresentação de atestado de capacidade técnica como documento de HABILITAÇÃO TÉCNICA? |  |  |
| **4.1.** | A exigência de atestado de capacidade técnica foi justificada nos autos? |  |  |
| **5.** | A exigência de comprovação da boa situação financeira do licitante, por meio coeficientes e índices econômicos, foi justificada no processo? |  |  |
| **6.** | Na hipótese de prévia indicação de marca para a aquisição de determinado bem foi apresentada a justificativa em uma das hipóteses do inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021?  OBS: *“a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência”.* |  |  |
| **7.** | O Termo de Referência foi assinado, rubricado em todas as suas folhas e datado pela equipe de planejamento da contratação, bem como aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante? |  |  |
| **8.** | Para fins de estimativa de despesa, foi juntada cotação válida de fornecedor (artigo 4º, VII, Decreto Estadual 15.940/2022)? |  |  |
| **Item** | **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta no processo a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações? |  |  |
| **Item** | **DOCUMENTAÇÃO DO FORNECEDOR** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | O fornecedor a ser contratado possui a documentação de habilitação e de regularidade fiscal e trabalhista em acordo com a legislação (incluindo Seguridade Social e FGTS)? (art. 62 e 66 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021).  OBS.: *(i) a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); (ii) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (iii) regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; (iv) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (em conformidade com o art. 2°, da Lei Federal nº 9.012/1995 e art. 195, §3°, da CF); (v) regularidade perante a Justiça do Trabalho; (vi) cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm" \l "art7xxxiii), que deverá ser atestado mediante certidão.* |  | **1.** |
| **1.1.** | Caso a equipe de planejamento tenha optado por fazer uso da dispensa do art. 70, inc. III, da Lei 14.133/21 para deixar de exigir parte dos documentos de habilitação, foi apresentada a devida justificativa?  OBS. *A documentação de habilitação da contratada poderá ser dispensada total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).* |  |  |
| **2.** | Foram verificadas eventuais proibições de contratar com a Administração por parte do fornecedor no Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul (CCF/MS) e na consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União e de seu sócio majoritário no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) (do art. 19, do Decreto nº 16.119/2023)? |  |  |
| **3.** | O fornecedor a ser contratado apresentou declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.  OBS. *Apenas para* *pessoa jurídica com 100 (cem) ou mais empregados em seus quadros, nos termos do art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.* |  |  |
| **Item** | **DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | A justificativa de compatibilidade do preço a ser contratado com o praticado no mercado levou em consideração os demais parâmetros de pesquisa de preços previstos nos incisos do art. 4º do Decreto nº 15.940/2022? (art. 7º, §3º, do Decreto nº 15.940/2022)  **OBS.**: *(i) banco de preços do Sistema Gestor de Compras do Estado de Mato Grosso do Sul, assim como qualquer outro banco de preços oficial; (ii) painel para consulta de preços ou banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); (iii) banco de preços contratado, se houver; (iv) contratações similares realizadas pelos órgãos da Administração Direta, pelas autarquias e pelas fundações do Poder Executivo Estadual ou de outros entes públicos; (v) dados de pesquisa publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso, sejam atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (vi) tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual; (vii) pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (viii) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.* |  |  |
| **2.** | A pesquisa de preço foi realizada após a elaboração do Termo de Referência? |  |  |
| **3.** | As pesquisas feitas observaram os termos iniciais e finais de validade fixados nos dispositivos legais que regem essa fase do procedimento?  **OBS.**: ***Painel de Preço, Banco de preços, BPS, Contratações similares com outros entes públicos (****“deverá considerar apenas os valores adjudicados referentes a contratações em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços”);*  ***Mídia especializada e Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo*** *“sejam atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital”;*  ***Pesquisa direta com o fornecedor*** *“não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital”* |  |  |
| **3.1** | Em caso de pesquisa com menos de três preços, apresentou-se justificativa? |  |  |
| **4.** | Foram juntados os documentos da pesquisa de preço, dentre eles, os relatórios emitidos pelos sítios eletrônicos, portais e ferramentas governamentais, das páginas consultadas dos portais de compras governamentais, dos contratos e das atas de registro de preços vigentes firmados por outros órgãos públicos, das páginas consultadas nos sites especializados e da resposta obtida perante o fornecedor, ainda que se trate de manifestação de desinteresse de ofertar cotação? |  |  |
| **Item** | **ANÁLISE FEITA PELA SAD** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Depois de realizada a justificativa do preço, os autos foram enviados à Secretaria de Estado de Administração (SAD) para “*a análise das informações formuladas pela área demandante nos processos*”? (art. 4º do Decreto nº 16.138/2023. |  |  |
| **Item** | **AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE1.** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Consta nos autos autorização da autoridade competente para a contratação? |  |  |
| **Item** | **REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO DIRETA PREVISTA NO ART. 75, VIII - EMERGENCIAL** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | A dispensa emergencial possui a comprovação dos requisitos de urgência devidamente justificada no processo (art. 75, VIII, c/c §6º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º, II, do Decreto nº 16.119/2023)?  ***OBS.:*** *Deve haver justificativa que ateste que: a) o contrato emergencial é imprescindível para não comprometimento da segurança de pessoas, serviços, equipamentos, e outros bens; ou b) a contratação direta emergencial é necessária para sanar ou diminuir os prejuízos irreparáveis ao interesse público consubstanciados pelo não atendimento ou prejuízo ao atendimento de alguma demanda social.*  *Obs2: A justificativa deve ser acompanhada de documentos que caracterizem a situação,* ***COMO POR EXEMPLO: decisão judicial, laudo médico, receita médica, documentos pessoais do paciente.*** |  |  |
| **2.** | Foi diligenciado para verificar a existência de ata de registro de preço gerenciada pelo Ministério da Saúde (art. 86, § 7º, da NLLCA) ou ata vigente no Estado? |  |  |
| **3.** | Houve limitação do objeto da contratação ao necessário para o atendimento da situação emergencial? |  |  |
| **4.** | A dispensa fundamentada em emergência se restringiu ao período máximo de 1 ano, sem previsão de prorrogação? |  |  |
| **Item** | **CONTRATO** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | Foram adotadas as minutas padrão de contrato aprovadas pela PGE/MS? |  |  |
| **2.** | Foi incluído/excluído/alterado algum elemento das minutas padronizadas que demanda uma análise jurídica específica? |  |  |
| **3.** | Consta dos autos a “*Certidão de Atendimento das Minutas de Edital e Contrato padronizados”*, que atesta que o conteúdo o Contrato seguiu a versão mais atualizada pela PGE/MS? |  |  |
| **3.1** | A certidão informou se foi incluído/excluído/alterado algum elemento da minuta padronizada que demanda análise jurídica? |  |  |
| **3.2** | A necessidade de análise jurídica de que trata o subitem 3.1 desta lista de verificação já está abrangida pelas recomendações contidas no Parecer Referencial PGE/MS/PAA nº 005/2023?  *OBS: Em caso negativo, os autos devem ser remetidos à PGE/MS, para a análise específica sobre esses pontos (Decreto 15.404, de 2020).* |  |  |
| **Item** | **ENCERRAMENTO DA FASE PREPARATÓRIA** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
| **1.** | O agente de contratação da fase interna certificou o encerramento da fase preparatória? (caput do art. 12 do Decreto nº 15.941/2022) |  |  |